

## POLÍTICA

# Constituinte: o anteprojeto deve mudar.

"Enquanto o Brasil não tiver a sua nova Constituição completamente definida, nenhum empresário vai investir no País", advertiu ontem, em Brasília, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato. O atraso da nova Carta, porém, poderá ser maior ainda caso seja aprovado o projeto de resolução, a ser apresentado hoje ou amanhã, alterando o regimento interno da Constituinte de forma a dar um prazo de 30 dias para o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), apresentar um substitutivo modificando o teor do texto atual do anteprojeto de Constituição.

O texto atual irá à votação no plenário da Comissão de Sistematização neste final de semana, mas está sendo dada como certa sua rejeição por parlamentares do chamado "centro democrático". E, segundo um dos líderes dessa facção, o deputado Expedito Machado (PMDB-CE), caso o substitutivo de Cabral não seja discutido e votado em dez dias após a apresentação, será considerado como da Comissão de Sistematização e apresentado à Mesa.

O projeto, segundo Machado, já está pronto, e terá de receber a assinatura de todos os 94 membros da Comissão de Sistematização e de ser aprovado em plenário por mais de 280 parlamentares. O que Expe-

dito Machado acha viável, "porque o texto atual não agrada ninguém".

A proposta é acrescentar ao capítulo III do regimento interno mais um artigo — que terá o número 85 — e um "parágrafo único", reenumerando-se os artigos seguintes, que passariam a 86 e 87, respectivamente. O artigo 85 já está pronto, com a seguinte redação: "Cumpridos os prazos fixados pelo artigo 19, será facultada a apresentação de novas emendas, inclusive de mérito, até a data da publicação desta resolução, a partir de quando será aberto, ao relator da Comissão de Sistematização, um prazo de 30 dias para emitir parecer sobre todas elas. Uma vez aprovado, após discussão e votação durante dez dias, será encaminhado à Mesa como projeto de Constituição para apreciação pelo plenário da Assembléia Nacional Constituinte".

Com isto, será revogado o artigo 20 do regimento interno, que dispõe: "Encerrada a discussão, o relator terá cinco dias para emitir parecer sobre as emendas, concluindo por projeto de Constituição que, uma vez aprovado, será encaminhado à Mesa, para deliberação".

O parágrafo único, que será acrescentado ao regimento interno, tem a seguinte redação: "Caso a Comissão de Sistematização deixe de se pronunciar após o prazo de

dez dias de discussão e votação, o substitutivo do relator será considerado como da Comissão e, assim, encaminhado à mesa da Assembléia Nacional Constituinte".

O artigo 19 do regimento interno estabelece que "na Comissão de Sistematização os anteprojeto recebidos das comissões serão distribuídos em avulsos a todos os seus membros, devendo o relator, no prazo de 10 dias, apresentar relatório fundamentado concluindo por anteprojeto". E o parágrafo 1º: "Na elaboração do anteprojeto, a Comissão de Sistematização compatibilizará as matérias aprovadas nas comissões".

## Alterações

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, voltou, no entanto, a afirmar que não será possível o acatamento de emendas de mérito nesta fase de revisão do primeiro anteprojeto de Constituição, apesar de estar sofrendo pressões nesse sentido por parte de alguns assessores do presidente da Comissão, senador Afonso Arinos (PFL-RJ). Ambos, porém, não admitiram claramente a existência de conflitos entre grupos de assessores seus.

Cabral anunciou também o novo texto que deu ao artigo 1º do anteprojeto, Título I — Dos direitos fundamentais: "O Brasil é uma nação fundada na comunhão dos brasi-

leiros irmanada num povo independente que visa construir uma sociedade livre, justa e solidária segundo sua índole e determinação de sua vontade". O artigo foi alterado porque há dois textos sobre a matéria.

No capítulo dos direitos dos trabalhadores outra mudança, também porque há dois textos sobre a mesma matéria: a contribuição sindical passará a ser obrigatória, conforme aprovada pela Comissão de Ordem Social.

## Muitas críticas

O líder do chamado "centro democrático", deputado Expedito Machado, disse que a Constituinte está "num grande impasse" por causa do anteprojeto baseado nas comissões temáticas. E anunciou estar liderando um movimento suprapartidário, inclusive com apoio de parlamentares de esquerda, do qual sairá um manifesto sobre os pontos polêmicos da futura Constituição, como reforma agrária, estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho, reserva de mercado, entre outros. A idéia é obter consenso político sobre esses pontos — entre 20 e 30, no máximo —, antes de o projeto ser apresentado ao plenário para votação.

Já o presidente da Fiesp, Mário Amato — que esteve em Brasília para uma audiên-

cia com o presidente Sarney e o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, integrando uma comitiva de empresários — disse que sua classe está "assustada" com a Constituinte, diante de propostas estatizantes e de estabilidade no emprego. E por esse motivo, até que se definam as regras do jogo, ninguém vai investir. "Não importa se vão adotar o comunismo, o socialismo...; o importante é que se deixe claro o que é que vai ser e como vai ser", disse Amato.

Em Porto Alegre, onde participa do VIII Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, o diretor geral do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, procurador do Estado de São Paulo e professor da PUC-SP, Celso Bastos, considerou "imprestáveis" os textos produzidos até agora pela Constituinte, afirmando ser "uma loucura completa" a intenção de introduzir-se na nova Carta a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho.

"Os constituintes ensandeceram de vez", disse ele, ao advertir que a frustração da Nação com os resultados da Constituinte poderá criar condições para um golpe de Estado de direita. Além de apontar as gafes dos textos, e os erros técnicos, Bastos afirmou que estão elaborando uma Carta "muito mais à esquerda, muito mais socializante que o estágio em que o País se encontra".